

Políticas da assombração: o populismo bolsonarista como produção de inquietantes *duplos*

Maria Cristina Franco Ferraz^I

<https://orcid.org/0000-0001-5142-8734>

Ericson Saint Clair^{II}

<https://orcid.org/0000-0003-1177-9673>

I - Universidade Federal do Rio de Janeiro
Rio de Janeiro (RJ). Brasil.

II - Universidade Federal Fluminense
Niterói (RJ). Brasil.

Resumo: O artigo investiga as relações entre a gestão da opinião nas redes sociais e as artimanhas do populismo de ultradireita bolsonarista no Brasil. O *ethos* genealógico de inspiração nietzschiana direcionou a pesquisa empírica em torno dos sentidos da palavra *liberdade* tais como encontrados nas postagens do Twitter ao longo do dia 7 de Setembro de 2021, data de uma ruidosa manifestação — de cunho golpista — de apoio ao governo. Com base na análise dos dados produzidos pela técnica *web scraping*, identificamos uma importante tática bolsonarista: a produção de *duplos* de palavras atreladas tradicionalmente ao léxico democrático. Mais do que esvaziar o sentido de tais palavras, tal estratégia permite *assombrá-las*, inoculando estranhamento (*das Unheimliche*) em seus sentidos previamente cristalizados. Como efeito, insinua-se uma deliberada produção de instabilidade e de insegurança, necessária à manipulação dos afetos tristes como vetor de uma biopolítica da população.

Palavras-chave: populismo; bolsonarismo; biopolítica; redes sociais; *Unheimliche*.

Abstract: Politics of haunting: bolsonarista populism as a production of uncanny *doubles* - The article investigates the relationship between opinion

management on social networks and the artifices of Bolsonaro's ultra-right-wing populism in Brazil. The Nietzschean-inspired genealogical *ethos* directed the empirical research around the meanings of the word *freedom* as found in Twitter posts collected on September 7, 2021, the date of a noisy demonstration — with a coup-like character — in support of the government. By analyzing the data produced by the web scraping technique, we identified an important bolsonarista tactic: the production of *doubles* of words traditionally associated with the democratic lexicon. More than eroding the meaning of such words, such strategy allows what could be called a process of *haunting them*, inoculating estrangement (*das Unheimliche*) in their previously crystallized meanings. As an effect, a deliberate production of instability and insecurity is insinuated for manipulating sad passions as a vector of a population's biopolitics.

Keywords: populism; bolsonarism; biopolitics; social media; *Unheimliche*.

Gestão de opinião e biopolítica: da Modernidade ao contemporâneo

A ascensão da extrema direita populista ao governo de países como Brasil, Estados Unidos e Hungria nos últimos anos deu visibilidade a complexas e inéditas estratégias de gestão das opiniões. No âmbito da esfera pública, passamos a conviver com mecanismos que terminam por penetrar o cotidiano de forma insidiosa, embrutecendo e anestesiando a sensibilidade. Algumas dessas táticas se expressam nas chamadas *fake news*, nos linchamentos em redes sociais, bem como na constante produção de dúvidas com relação a consensos já há muito enraizados: por exemplo, crença em verdades cientificamente comprovadas, eficácia de vacinas e o caráter esférico do globo terrestre¹.

Em sua formulação *ideal* moderna, o regime democrático pressupõe a livre circulação de ideias entre pessoas, de modo que o cidadão consciente, exercendo a faculdade da razão, seja capaz de decidir livremente, por meio de eleições periódicas, aqueles que mais bem os representariam no trato com as questões públicas. Por essa perspectiva, portanto, a manipulação das opiniões circulantes minaria um dos pilares da democracia, dado que as ações dos indivíduos decorrentes do contato com *fake news* não poderiam mais ser consideradas autônomas ou isentas. É nesse sentido que parte da crítica aos regimes de ultradireita contemporâneos alega que as democracias estão

1 A respeito do caráter histriônico das figuras que se constituíram como as imagens da ascensão da extrema direita populista, cf. FERRAZ; SAINT CLAIR, 2020.

sendo *corroídas por dentro*, uma vez que, na atualidade, foram mantidas as instituições democráticas, seus modos de funcionamento, porém esvaziados de seus propósitos. Diferentemente do que ocorrera nos golpes militares das décadas de 1960 e 70 na América Latina, não teria sido preciso romper com as instituições democráticas, mas corrompê-las por dentro².

É possível, no entanto, refletir a respeito desses fenômenos com base em outra perspectiva. Não se trataria de diagnosticar uma suposta *corrupção* das opiniões que antes circulavam *livremente*, danificando um dos sustentáculos do regime democrático. Propomos, em seu lugar, avaliar algumas das *mutações* nas estratégias de gestão da opinião em jogo na ascensão da extrema direita no Ocidente no século XXI. Nosso argumento inicial parte do pressuposto de que o funcionamento de esquemas de gestão da opinião não é fenômeno recente, mas indissociável do surgimento de táticas de poder-saber ao longo da própria Modernidade.

Cabe, portanto, recuarmos ao ápice da Modernidade para investigar algumas condições históricas do surgimento da gestão de opinião segundo a racionalidade capitalista. Em um importante trabalho publicado há 120 anos, o sociólogo Gabriel Tarde (2005) intuía que o fenômeno da opinião adquiria formas muito específicas na Modernidade em consolidação. A nova sociedade urbana produzira, então, um novo gênero de multiplicidades humanas que já não poderia ser compreendido como simples *multidão*. Forjada no cadinho da industrialização, da redução das distâncias espaço-temporais com a estrada de ferro e da imprensa de massa (potencializada tecnologicamente com a telegrafia elétrica no século XIX), esse agrupamento social, de forma inédita até então, prescindia da presença física para se constituir como coletividade. Tratava-se de uma nova realidade: a produção de uma sociabilidade à distância, em velocidade acelerada de trocas sociais diversas. Na linguagem tardeana, contágios de crenças e desejos. Tarde atenta, assim, para o novo sentido que a Modernidade atribuirá à palavra *público*. Em seu trabalho, afirma que o *público* deve ser diferenciado da *multidão*, cuja formação é exclusivamente dependente da proximidade geográfica de seus membros, e cuja existência histórica seria muito anterior ao século XVIII. Público e multidão seriam regidos por lógicas de funcionamento diferentes. Conviria àqueles interessados nas transformações da Modernidade compreender as especificidades dos públicos, “de sua duração, de sua solidez,

2 O livro *Como as democracias morrem*, publicado pelos professores Steven Levitsky e Daniel Ziblatt em 2018, desenvolve o referido argumento.

de sua força, de suas lutas ou de suas alianças” (TARDE, 2005, p. 23), em especial seu devastador potencial para *arrastar* e *dissolver* formas mais tradicionais de reuniões humanas³.

Assim como o público consolidou-se como um fenômeno tipicamente moderno, também a *opinião* adquiriria um novo estatuto⁴, em um vínculo inextricável com o público. O público estaria para a opinião — diria em uma sugestiva frase — assim como o corpo está para a alma (TARDE, 2005, p. 59). Os membros dos públicos (mesmos leitores de determinado jornal, por exemplo) influenciar-se-iam uns aos outros *à distância*. O simples *pensamento*, por parte de cada um dos componentes de um público, de que faz parte de uma grande coletividade, seria suficiente para ativar o contágio de suas crenças em determinado sentido. O público, então, manifestava-se seja pelo destaque que alguma matéria receberia em um jornal, pela repercussão que esta causou nas conversações cotidianas ou, mais diretamente, pela reação que teria gerado em cartas para o referido jornal. Atualmente, *posts* disparados de forma acelerada em redes sociais formam, em segundos — na esteira da metáfora tardeana —, torrentes avassaladoras. Observemos que, para Tarde, o que distinguia a opinião pública das formas de comunicação anteriores não era seu caráter supostamente *racional*, fruto de uma *escolha* por parte do indivíduo *autônomo* e *consciente* dos *fatos reportados* pela imprensa. A opinião, para Tarde, não é um juízo a que se chegaria individualmente e por meio de cuidadosa reflexão pessoal, mas um conjunto de crenças mais ou menos lógicas que, respondendo a uma questão atualmente dada, encontra-se reproduzido em um grande número de pessoas (TARDE, 2005, p. 63).

Conforme Tarde, não haveria, portanto, qualquer relação de exterioridade entre o *indivíduo* e a opinião. A definição de opinião já pressupõe a coletividade do fenômeno, em um composto plural de crenças que se atualizam em um grande número de pessoas de forma sempre minimamente diferente⁵, mas não o suficiente para obliterar aquilo que se reproduz em grande quantidade.

3 Em uma de suas deliciosas notas de rodapé, Tarde reforça a pertinência de “comparações hidráulicas” para se referir a tais fenômenos, rejeitando a comum imagem do *organismo*, frequentemente evocada no século XIX para a abordagem de fatos sociais: “Notemos que essas comparações hidráulicas vêm naturalmente ao espírito toda vez que nos referimos a multidões, ou a públicos. Nisso eles se assemelham. Uma multidão em marcha, uma noite de festa pública circulam com uma lentidão e redemoinhos numerosos que lembram a ideia de um rio sem leito preciso. *Pois nada é menos comparável a um organismo que uma multidão, a não ser um público. Eles são, muito mais, cursos d’água de regime mal definido*” (TARDE, 2005, p. 6, grifo nosso).

4 “Em todas as épocas, mesmo as mais bárbaras, houve uma opinião, mas ela distinguia-se profundamente daquilo que chamamos assim” (TARDE, 2005, p. 64).

5 Para Tarde, a produção de consensos coletivos permanece sempre porosa às diferenças.

Novas realidades fenomênicas são indissociáveis de rearranjos na ordem dos saberes e no domínio das relações de poder. Setenta e sete anos após a publicação de *A opinião e as massas*, Michel Foucault, em seu curso no *Collège de France* denominado *Segurança, Território e População*, destaca os efeitos do surgimento da categoria de população como nova realidade simultaneamente no campo dos saberes e na ordem dos poderes. Assim como Tarde, Foucault notara a emergência do *público* como uma nova configuração moderna, inerente à própria produção discursiva do que se passava a entender como população. Em um elucidativo trecho do curso de 1977-8, sugere:

a população é, portanto, de um lado, a espécie humana e, de outro, o que se chama de público. Aqui também a palavra não é nova, mas seu uso sim. O público, noção capital no século XVIII, é a população considerada do ponto de vista das suas opiniões, das suas maneiras de fazer, dos seus comportamentos, dos seus hábitos, dos seus temores, dos seus preconceitos, das suas exigências, é aquilo sobre o que se age por meio da educação, das campanhas, dos convencimentos. A população é portanto tudo o que vai se estender do arraigamento biológico pela espécie à superfície de contato oferecida pelo público. Da espécie ao público: temos aí todo um campo de novas realidades, novas realidades no sentido de que são, para os mecanismos de poder, os elementos pertinentes, o espaço pertinente no interior do qual e a propósito do qual se deve agir (FOUCAULT, 2008, p. 99).

Atentemos à relevância do conceito de população que aqui emerge. O advento da *população* como objeto foi decisivo para uma política racionalizada de gerenciamento das coletividades. Ao contrário do que possa talvez sugerir, *população* não é apenas um novo nome para designar uma antiga realidade. Ela não constituiu simplesmente uma nomenclatura original para rotular um amontoado de pessoas ou um conjunto de súditos. Com efeito, *população* será um modo de conhecimento para uma estratégia de ação sobre um conjunto desindividualizado de processos naturais (nascimento, morte, reprodução etc.), que deverá ser administrado naquilo que ele tem de *natural*. Em outras palavras, não se tratará de impor uma norma exterior à população, mas de pesquisar os modos pelos quais *naturalmente* esses processos se desencadeiam, sendo sua gestão *correta* estabelecida com base em taxas máximas ou mínimas que serão consideradas toleráveis (taxas de mortalidade, de natalidade etc.). Ocorre que estarão em jogo conceitos de *natureza* e de *verdade* que se querem a-históricos, mas que se adaptam às

demandas específicas — portanto históricas — de produtividade, não apenas de mercadorias, mas de educação, saúde, ordem etc., em curso no século XVIII.

Foucault alerta que a categoria de *população* terá, assim, sua regularidade própria, que passou a ser tanto identificada quanto respeitada. Essa regularidade não é a mesma que rege o corpo individual ou aquela que mobiliza as conduções de conduta de um núcleo familiar. Como vimos acima, cobre um campo diversificado de fenômenos que vai da espécie ao público.

Logo, podemos constatar que a gestão das opiniões do público (dimensão da população) erigiu-se como uma das diversas táticas implementadas no âmbito daquilo que Foucault delineou conceitualmente como biopolítica. Aqui cabe uma observação. Diversas apropriações e reformulações vem sofrendo o conceito de *biopolítica* foucaultiano desde sua invenção, no final dos anos 1970. Como em toda produção conceitual de Foucault, os conceitos não são universais descolados do tempo histórico, mas o contrário disso: são respostas provisórias para tornar inteligíveis certos efeitos de conjunto forjados com base em relações históricas de poder-saber. Portanto, cumpre verificar a quais instâncias de saber respondiam as correlações de força no Ocidente entre os séculos XVIII e XIX que se efetuam de tal forma, sob tais regularidades, que Foucault pôde considerar por biopolítica. Se ainda podemos falar de biopolítica na contemporaneidade, levando-se em consideração todas as novas correlações de força próprias do presente, deve-se ao fato de que há mais continuidades do que poderia parecer entre os sentidos moderno e atual de *população*⁶. A definição mais conhecida, encontrada em *A vontade de saber*, é cristalina: “deveríamos falar de ‘biopolítica’ para designar o que faz com que *a vida e seus mecanismos* entrem no domínio dos cálculos explícitos, e faz do poder-saber um agente de transformação da vida humana” (FOUCAULT, 2006, p. 155, grifo nosso). É preciso ter cuidado ao ler, nesta definição, “a vida e seus mecanismos”. Não se trata aqui de imaginar uma vida natural que existiria em si mesma e sobre a qual passou a incidir o poder-saber em sua dinâmica de cálculos explícitos e regulação. É o próprio poder-saber que passa a *conhecer* e, ao mesmo tempo, *produzir* a vida no que ela tem de *natural*, segundo os termos da positividade

6 Neste ponto, nossa leitura aproxima-se daquela proposta por Nikolas Rose e Paul Rabinow no ensaio *Biopower today* (2006). Nesse ensaio, os autores reforçam a pertinência do conceito de biopoder, para trazer ao campo do visível as relações de poder-saber de nosso tempo, embora em novos jogos, diferentes daqueles dos séculos XVIII e XIX. Tal leitura difere radicalmente daquela empreendida por Agamben ou Hardt e Negri, para quem o conceito de biopoder/biopolítica desprende-se do dispositivo foucaultiano de poder-saber para se tornar outra coisa, talvez mesmo a ponto de diluição do conceito.

do saber que opera com base na dinâmica dos cálculos. Não à toa a ascensão da biopolítica está vinculada ao liberalismo econômico como doutrina, mas também à demografia, à estatística e às demais grades de leitura que supunham intervir o mínimo possível no funcionamento *natural* da vida e, por extensão lógica, da própria sociedade humana, em suas opiniões. *Biopolítica*, portanto, não é mera *regulação* ou gestão política da *vida*, como se a vida existisse naturalmente, alheia às dinâmicas do poder-saber e sobre ela incidisse a *política*. Segundo tal visada, não há *vida* antes e *biopolítica* depois. *Vida* torna-se um problema no século XVIII, ganhando o campo do visível, alvo, ao mesmo tempo, de uma nova ordem discursiva e de um campo de aplicação de diversas técnicas — da espécie ao público. Thomas Lemke salienta uma importante consequência da biopolítica:

biopolítica não pode ser simplesmente rotulada como uma atividade política específica ou como um subcampo da política que lida com a regulação e o governo dos processos vitais. Em vez disso, o sentido de biopolítica repousa em sua habilidade para tornar visível a sempre contingente, sempre precária diferença entre política e vida, cultura e natureza, entre o domínio do intangível e inquestionável, de um lado, e a esfera da moral e da ação legal, do outro. (LEMKE, 2001, p. 31, tradução nossa).

Logo, esfumaçam-se os próprios limiares entre *vida* e *política*, *natureza* e *cultura*. Dado que a população vai *da espécie ao público*, identificar, portanto, as estratégias comunicacionais de condução de conduta do público não seria um trabalho *complementar* de uma analítica do poder, mas uma parte *essencial* desse empreendimento.

O recuo estratégico à Modernidade amplia nossa perspectiva a respeito das relações entre opinião e poder nos regimes democráticos. Com efeito, a gestão biopolítica das opiniões emerge ao mesmo tempo em que as próprias categorias de população e democracia adquirem consistência na ordem do poder-saber, assim como público e opinião — palavras antigas — têm seus sentidos transmutados em meio às novas condições de possibilidade históricas que se dão.

Conforme se sabe, as refinadas táticas de gestão de opinião hoje presentes operadas pela extrema direita populista suscitam outros mecanismos operatórios. Se, na Modernidade em consolidação, a imprensa industrial reinava como um dos principais fatores da opinião, hoje a multiplicidade

de dispositivos tecnológicos de comunicação em rede torna mais complexo o ambiente de gestão desindividualizada da população. O mercado sobre-põe-se ao Estado como instância reguladora e tem, na disputa pela atenção humana, em seus regimes diversos, um dos focos das estratégias biopolíticas. Maurizio Lazzarato, em uma criativa releitura dos trabalhos de Tarde e Foucault, sugere que a biopolítica contemporânea é centrada no cálculo sobre a memória e a atenção dos públicos: “As forças mobilizadas pela cooperação entre os cérebros, que são capturadas pelas novas instituições (a opinião pública sendo uma delas), são, portanto, as da memória e da atenção” (LAZZARATO, 2006, p. 83).

Em termos tardeanos, poderíamos afirmar que, na atualidade, os fluxos de contágio de crenças e desejos intensificam-se e aceleram-se com base na comunicação 24/7 das redes sociais, dificultando exponencialmente a experiência de outros regimes de atenção mais propícios tanto à reflexão como à abertura ao exercício da imaginação. Como salienta Jonathan Crary, em contundente ensaio, o regime 24/7 é “implacavelmente redutor, celebra a alucinação da presença, de uma permanência inalterável composta de operações incessantes e automáticas” (CRARY, 2014, p. 39). A suposta multiplicidade de pontos de vista disponíveis na rede configura-se, de fato, como permanência inalterável de procedimentos incessantes e automáticos de gestão de opinião. Algoritmos e demais instrumentos acionados por forças econômicas e políticas produzem e alimentam incessantemente maniqueísmos em todos os setores da vida social e cultural, por meio de disparos em massa de contas robôs e *fake news*, por exemplo. Evocando brevemente o conceito de *palavra de ordem*, proposto por Deleuze e Guattari, Crary reforça o caráter de instrumentalização da linguagem na temporalidade 24/7. Poderíamos afirmar que a opinião gerida no ambiente avassalador e insone das redes “tem como objetivo preservar ou criar a realidade social, e cujo efeito, ao fim, é gerar medo” (CRARY, 2014, p. 39).

Não à toa, a extrema direita populista valeu-se desse ambiente, apostou nas redes sociais (evitando todo debate público⁷), ampliando, de modo inédito, nos últimos anos, a gestão dos medos e dos afetos tristes em geral. Novamente Lazzarato, em ensaio recente, diagnosticou o fim das utopias libertárias vinculadas às redes, como aquelas ingenuamente prometidas por certos teóricos desde a segunda metade dos anos 1990. Lazzarato intitula

7 Durante a campanha eleitoral de 2018, o então candidato Jair Bolsonaro esquिवou-se de todos os debates públicos na grande mídia.

de ciberfascismo o mecanismo da atuação da extrema direita contemporânea. No fragmento abaixo, o argumento é resumido:

[o ciberfascismo] põe em xeque todas as utopias tecno-ciber (do ciberpunk ao ciberfeminismo, da ciberesfera à cibercultura), que, desde o pós-guerra, com uma intensificação a partir dos anos 1970, viam nas máquinas cibernéticas uma dupla promessa, a de uma nova subjetividade pós-humana e a da liberação da dominação capitalista, cuja ruptura viria das máquinas e não da política, das revoluções da técnica e não da organização revolucionária. Bolsonaro e Trump utilizaram todas as tecnologias disponíveis da comunicação digital, mas suas vitórias não vêm da tecnologia. São o resultado de uma máquina política e de uma estratégia que agencia uma micropolítica dos afetos tristes (frustração, ódio, inveja, angústia, medo) com a macropolítica de um novo fascismo que dá consistência política às subjetividades devastadas na financeirização. (LAZZARATO, 2019, p. 104-105).

Em ressonância com Lazzarato, nosso recuo à Modernidade neste artigo reforça o argumento de que as vitórias de Bolsonaro e Trump “não vêm da tecnologia”. As tecnologias digitais são um dos diversos elementos do dispositivo de gestão da opinião pública em sua nova formação, na atual gestão micropolítica dos afetos tristes⁸, sobretudo do ressentimento (FERRAZ; SAINT CLAIR, 2020).

No Brasil, Jair Bolsonaro é a imagem que se constituiu, simultaneamente, como efeito e instrumento (FOUCAULT, 2006, p. 111) das correlações de forças reativas que permanecem capturando (e parasitando) o Estado e suas instituições, a título de crítica da velha política e de seus mecanismos. O cenário de hoje, no entanto, não é mais aquele de 2018, ano de sua inacepitável eleição. O Brasil é terra arrasada: o negacionismo em relação à Covid-19, estimulado pelo governo, alimentou uma das maiores tragédias humanitárias da nossa história, com mais de 660.000 mortos oficialmente contabilizados. A ruína econômica e o descaso das políticas sociais levaram 19 milhões de pessoas a passar fome; o ecossistema ambiental está sendo destruído sistematicamente; a educação e a cultura inexistem como políticas públicas. Como efeito, sondagens de opinião têm indicado queda acentuada

8 A gestão micropolítica dos afetos tristes não é privilégio da extrema direita brasileira ou norte-americana. A cada dia, cresce a percepção social da estratégia consciente das *BigTechs* no sentido da monetarização nas redes por meio dos ódios em geral, que geram mais *engajamento* nas plataformas do que *posts* não virulentos e, assim, mobilizam mais a atenção dos usuários.

da popularidade de Bolsonaro, assim como indícios muito fortes de que ele dificilmente conseguirá se reeleger nas próximas eleições majoritárias, em 2022.

Diante disso, as estratégias que foram utilizadas por essas forças reativas para captura do Estado em um primeiro momento já não podem ser as mesmas. É nesse cenário que ganham corpo novos efeitos de conjunto apoiados na movimentação das forças reativas do populismo bolsonarista. Parte importante do conjunto de novas estratégias consiste em aprofundar o esvaziamento das instituições democráticas por meio da introdução da dúvida acerca da idoneidade dessas instituições, como no questionamento a respeito da legitimidade do processo eleitoral com o uso das urnas eletrônicas e acusações infundadas de fraude, além de instilar desconfianças acerca da impessoalidade das ações da mais alta corte jurídica do país em relação a seus desmandos. Tudo isso valendo-se da velocidade dos meios digitais, que evacua a necessidade de comprovações daquilo que se propaga.

Assim, são gestadas e testadas novas estratégias discursivas e táticas de poder que têm, na mobilização da opinião via redes sociais, uma de suas bases. No dia 7 de setembro, celebra-se anualmente a independência jurídico-política do Brasil em relação a Portugal, ocorrida em 1822. No ano de 2021, bolsonaristas organizaram manifestações em todo o Brasil com o objetivo de demonstrar seu apoio irrestrito ao presidente. Nos dias anteriores ao protesto e no próprio dia 7 de setembro, havia grande tensão no ar, visto que bolsonaristas (e o próprio presidente) propagandeavam o evento como *uma nova independência*, dando a entender que haveria uma tentativa de golpe de Estado. De fato, em um comício realizado em meio às manifestações golpistas, o próprio presidente ameaçou não mais cumprir decisões advindas do Supremo Tribunal Federal que julgasse injustas. Nos dias seguintes aos protestos, ocorreram duras reações de setores da sociedade, em especial do Supremo Tribunal Federal, Senado Federal, parte da Câmara dos Deputados — apesar do silêncio de seu presidente, aliado a Bolsonaro — e parte considerável da mídia. Bolsonaro, então, recuou de seus ataques, em estratégia já efetuada muitas outras vezes ao longo de seu conturbado mandato.

Com base em um *ethos* genealógico de inspiração nietzschiana e foucaultiana, por meio da técnica de produção de dados *web scraping*, identificamos certa regularidade discursiva de opiniões disseminadas na rede social Twitter durante o evento.

Bolsonarismo no Twitter: 7 de Setembro de 2021

A anunciada manifestação bolsonarista no dia 7 de setembro de 2021, celebrada por seus apoiadores como a maior já vista até então, e com claras ameaças golpistas, estimulou-nos a produzir dados empíricos⁹ para uma análise mais pormenorizada das táticas de gestão de opinião atualmente em curso. Foi utilizada a técnica de produção de dados conhecida como *web scraping*, uma forma específica de *mineração ou raspagem* dos dados, capaz de extrair o conteúdo de *sites* da *web* (OLIVEIRA *et al*, 2020)¹⁰. Ao longo do dia 7 de setembro de 2021, das 9 horas da manhã às 11 horas da noite, foram capturadas todas as mensagens da rede social Twitter publicadas com a *hashtag* #7deSetPelaLiberdade, criada por bolsonaristas para dispor suas reivindicações entre os assuntos mais comentados da rede social. Em seguida, do total de 204.682 *tweets*, foram aplicados filtros para a localização das palavras mais mencionadas. Eis abaixo o gráfico obtido:

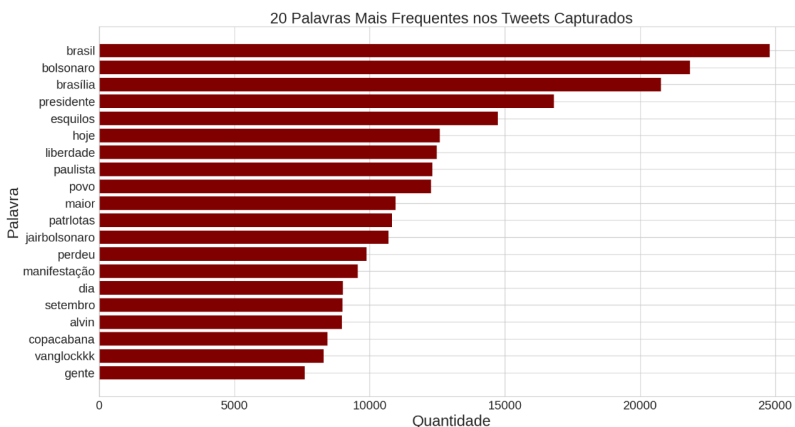


Figura 1. 20 palavras mais mencionadas nos *tweets* com a *hashtag* #7deSetPelaLiberdade.

- 9 Preferimos a expressão *produção de dados* a *coleta de dados*, embora esta última seja mais recorrente nos manuais de metodologia de pesquisa. Segundo Virgínia Kastrup, “do ponto de vista dos recentes estudos acerca da cognição numa perspectiva construtivista, não há coleta de dados, mas, desde o início, uma produção de dados da pesquisa. A formulação paradoxal de uma ‘produção de dados’ visa ressaltar que há uma real produção, mas do que, em alguma medida, já estava lá de modo virtual” (KASTRUP, 2020, p. 33). O sentido de virtual aqui é mais próximo do formulado por Bergson: virtual é o real sem ser atual (BERGSON, 1985). Como indica Kastrup, é a “produção de algo que já estava lá – é a produção das mãos de um pianista através de repetidos treinos” (2020, p. 33).
- 10 Agradecemos a relevante colaboração do pesquisador Nicollas Rodrigues, do Laboratório MídiaCom, do Departamento de Engenharia Elétrica e Telecomunicações da UFF, na programação do *software* utilizado para a produção dos dados deste artigo.

Como podemos observar, a palavra *liberdade* encontra-se como uma das mais citadas por bolsonaristas nesse dia, com 6.124 menções. De fato, no *ranking* das palavras mais usadas, é a primeira da lista a disputar efetivamente um sentido na esfera da opinião, visto que as anteriores são de caráter referencial (Brasil, Bolsonaro, Brasília etc.).

Para uma análise qualitativa dos *tweets* que mencionam a palavra *liberdade*, empregamos o princípio da *amostragem* da Análise de Conteúdo. Segundo a Análise de Conteúdo, deve-se ater a três problemas com referência à amostragem: sua representatividade, o tamanho e a codificação (BAUER, 2002, p. 196). Um recurso interessante da Análise de Conteúdo é a “semana artificial” (BAUER, 2002, p. 196-197), muito usada em análise de material midiático periódico: em um jornal diário, por exemplo, é escolhida aleatoriamente uma matéria publicada em cada um dos sete dias da semana. Com sete matérias, compõe-se assim uma “semana artificial”.

No caso da publicação de 6.124 *tweets* com a palavra *liberdade*, durante um dia inteiro de protesto, inicialmente foi preciso fazer uma filtragem, de modo a eliminar mensagens idênticas *retweetadas* (seja por humanos ou, talvez, por contas robôs)¹¹. Chegamos, então, ao número de 1.934 mensagens *originais*. Para selecionar a amostra que foi objeto da análise, analogamente à “semana artificial”, implementamos o modelo de “dia artificial”: a cada duas horas de protesto, selecionamos aleatoriamente dez *tweets*. Logo, ao final de um dia de 14 horas de protesto, tivemos a amostra de 70 *tweets* para análise qualitativa.

O levantamento do *corpus* empírico indicou que os sentidos de *liberdade* na manifestação bolsonarista gravitou em torno de algumas temáticas comuns: ataques ao Supremo Tribunal Federal, à mídia e à esquerda (identificada ao *comunismo* ou *socialismo*); suposta defesa da Constituição Brasileira e da democracia; apropriação de símbolos nacionais; louvação a Deus; tom heroico dos próprios manifestantes, que se enxergam como o próprio *povo*.

A análise dos *tweets* permite-nos sustentar que *liberdade* é uma palavra-chave do populismo bolsonarista. Certamente, a estratégia bolsonarista configura-se, em um primeiro plano, como uma deturpação do sentido de liberdade plasmado nas democracias liberais. No entanto, apenas afirmar que existe tal *deturpação* não é suficiente para o mapeamento das estratégias

11 A repetição de mensagens idênticas reforça a tática de contágio da opinião, em que vale menos o suposto conteúdo da mensagem e mais sua força massiva de difusão.

de gestão da opinião operacionalizada pela extrema direita. É preciso verificar *como* se deturpa, *quais* mecanismos produtivos de deturpação são materializados no discurso. Por isso, defendemos que as regularidades discursivas encontradas nos *tweets* analisados produzem a *liberdade* como um novo objeto, espécie de *duplo* que participa de uma estratégia mais generalizada de exercício de poder. A artimanha discursiva da ultradireita consiste em produzir *duplos* de palavras tradicionalmente atreladas ao léxico democrático. Mais do que esvaziar o sentido de tais palavras, a produção desses *duplos* permite parasitá-las e, mais do que isso, *assombrá-las*. Antes, porém, de desenvolvermos o argumento da disputa de sentidos como assombração, citemos alguns exemplos elucidativos encontrados em nossa pesquisa¹², com base em certos marcadores. A palavra liberdade aparece em todos os *tweets* destacados, funcionando como um atrator de uma constelação de signos a que está articulada, e que, de fato, ela mesma produz. A pesquisa pinçou as irradiações mais recorrentes do termo liberdade sobre temáticas também oriundas do campo democrático. Decidimos, portanto, salientar o termo liberdade, enfatizando igualmente os satélites que orbitam ao seu redor. Tais sintagmas remetem de modo direto à liberdade. Vejamos alguns dos marcadores mais significativos.

Liberdade: denúncia do verdadeiro golpe

Diante da identificação do caráter golpista do protesto por parte da grande imprensa, manifestantes alertavam, em seus *tweets* (Figura 2), que o *verdadeiro golpe* já estava sendo dado pela própria imprensa em conluio com os magistrados do Supremo Tribunal. Bolsonaristas, assim, não seriam golpistas, mas os reais defensores da democracia, dado que dispunham do acesso às *verdadeiras* informações pelas redes sociais (Figura 3).

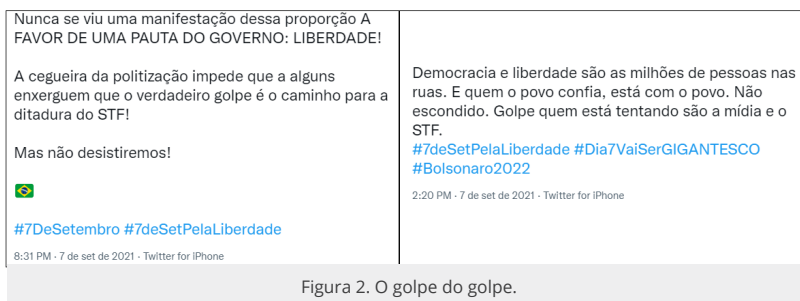


Figura 2. O golpe do golpe.

12 Foram removidas todas as menções à autoria dos *tweets* citados neste artigo.

A verdadeira independência se faz por um Povo q
preza pela sua Liberdade,ao contrário dos Políticos
isentos q ficam em cima do muro, aguardando Quem
paga mais p se permanecerem no Poder.

[#7deSetPetaliLiberdade](#)



Figura 3. Os retardados (sic) e as redes sociais.

A insurreição bolsonarista do dia 7 de setembro seria, segundo os manifestantes, uma *nova independência* do Brasil, implementada pelos *patriotas* em apoio ao presidente Jair Bolsonaro. Livre das garras do Supremo Tribunal, dos *comunistas* e da imprensa, o *povo* não teria mais intermediários golpistas em relação ao presidente eleito. Nesse sentido, foram evocados símbolos nacionais (bandeira, hino etc.) que, apropriados pelo bolsonarismo, reforçam sua estratégia de identificação como o *verdadeiro* povo, excluindo, no gesto autoritário, toda a diversidade brasileira da esfera da representatividade. Foi frequente a menção a trechos do *Hino da Independência do Brasil*, composto por D. Pedro I e o poeta Evaristo da Veiga em 1822, dessa vez a serviço das intenções golpistas do bolsonarismo (Figura 4).

“Já podeis, da Pátria filhos
Ver contente a mãe gentil
Já raiou a liberdade
No horizonte do Brasil.

Brava gente brasileira!
Longe vá, temor servil
Ou ficar a Pátria livre
Ou morrer pelo Brasil”.



Figura 4. Hino da Independência: remix perverso.

Liberdade: o respeito à Constituição

Em uma inquietante leitura a respeito do funcionamento da democracia, bolsonaristas publicaram *tweets* em defesa da Constituição do país (Figura 5). Segundo sua perspectiva, o conjunto de leis do país estaria sendo desrespeitado pelas ações do Supremo Tribunal no sentido de controle aos desmandos de Bolsonaro, bem como de imposição de freios a ameaças de violência à Corte por parte de deputados e blogueiros bolsonaristas (alguns deles foram presos por tais crimes). Ao gosto do populismo, tais manifestantes veem-se como *o povo* em real conexão com o presidente, a despeito do poder judiciário (como na palavra de ordem *Supremo é o povo*). Nota-se claramente a utilização de *povo* como palavra de ordem autodeclaratória, autoritária e excludente. Em um dos *tweets*, o manifestante afirma que a cidade em que realiza seu protesto, Porto Alegre, é a favor “da liberdade, do respeito às constituição (sic) federal e em defesa da harmonia e independência dos 3 poderes, sem um subjugar o outro”. O *tweet* evoca o léxico familiar à democracia, incluindo a harmonia na divisão dos três poderes para justificar suas intenções golpistas.

<p>#7deSetPelaLiberdade liberdade de expressão, liberdades individuais e respeito a Constituição Federal do Brasil! A Democracia nunca esteve tão viva, forte e vibrante! SUPREMO É O POVO!</p> <p>11:00 AM · 7 de set de 2021 · Twitter Web App</p>	<p>Fortaleza tem está nas ruas em defesa da liberdade e do respeito pela constituição federal! A invasão de prerrogativas de outros poderes pelo STF, o inquérito ilegal de Alexandre de Moraes e a perseguição política motivaram a revolta popular!</p>
<p>É bom começar a pensar em liberdade de verdade mesmo, o povo tá farto de tantos desmandos e descumprimentos da constituição.</p> <p>#7deSetPelaLiberdade</p> <p>12:49 PM · 7 de set de 2021 · Twitter for Android</p>	<p>#7deSetPela liberdade</p> <p>Porto Alegre lotado de manifestantes em favor da liberdade, do respeito às constituição federal e em defesa da harmonia e independência dos 3 poderes, sem um subjugar o outro! #7deSetPelaLiberdade</p>

Figura 5. Em *defesa* da Constituição.

Liberdade de expressão

Outro pilar relevante das democracias liberais é a defesa do princípio de liberdade de expressão, forma de combate a censuras de todo tipo e mecanismo de garantia de críticas aos poderes estabelecidos sem que haja perseguição por parte deles¹³. As manifestações bolsonaristas do dia 7 de setembro acusam os adversários (Supremo Tribunal, mídia e esquerda *comunistas*) de impedir que tal princípio seja concretizado, uma vez que atos de bolsonaristas

13 O fato de o prêmio Nobel da Paz 2021 ter sido concedido a dois jornalistas reforça de que modo a liberdade de expressão encontra-se atualmente ainda mais ameaçada.

foram considerados crimes pelo Supremo Tribunal. Entre esses atos, destacam-se ameaças diretas de violência a juízes da Suprema Corte por deputados e políticos bolsonaristas. Mais uma vez, ao lermos os *tweets* sem a devida contextualização, vemos o conhecido léxico democrático reproduzido em inquietante materialização discursiva, como na frase: “Liberdade de expressão é poder falar de qualquer parlamentar ou ministro do STF da mesma forma que se fala do presidente da república. O poder emana do povo!!!” (Figura 6).

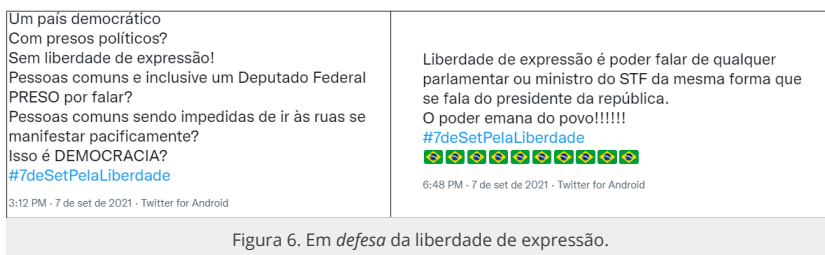


Figura 6. Em *defesa* da liberdade de expressão.

Retirados dos contextos em que estão inseridos (e com menos recurso tosco a caixa alta e exclamações), esses mesmos textos podiam ecoar denúncias e demandas progressistas, tal a sua *semelhança* com o que lhes é totalmente alheio. É isso que nos instiga ao último movimento deste artigo, procurando investigar, com maior rigor, a tática aqui detectada, caracterizando-a como uma *política da assombração*. Para tal, faz-se necessário previamente estabelecer determinadas bases filosóficas que possibilitem avançar nessa temática.

Das apropriações dos sentidos: a inquietante familiaridade

Para discutirmos a produção de sentidos das palavras, cabe, de início, recorrer à filosofia nietzschiana. No parágrafo 13 da segunda dissertação da *Genealogia da moral*, a fim de desfazer a relação moral-metafísica entre diferentes práticas de castigo e a produção de culpa — tomada como necessária e universal —, o filósofo distingue costumes, atos, *dramas*, mesmo que relativamente duradouros, dos sentidos que a estes se acrescem e colam. Destaca então que, se as práticas e atos são relativamente duradouros, o sentido é eminentemente fluido, podendo se substituir e se superpor a outros, e mesmo se cristalizar em variados amálgamas. Ou seja, os sentidos das práticas humanas e das palavras nada têm de estáveis ou permanentes;

são suplementares e acidentais, em uma relação estreita e direta com forças histórico-culturais que deles se apropriam (NIETZSCHE, 1998, p. 68-69). As apropriações são, em geral, gestos violentos, conforme a língua alemã sugere, etimologicamente, na própria noção de conceito — *Begriff* — derivada do verbo *begreifen*, que remete a “apanhar ou agarrar com a mão”. Enfatizando o caráter genealógico, historicizante, do sentido, Nietzsche acrescenta: “todos os conceitos em que um processo inteiro se condensa semioticamente se subtraem à definição; definível é apenas aquilo *que não tem história*” (NIETZSCHE, 1998, p. 68, ênfase nossa). Para a genealogia, o sentido é, *portanto*, suplementar — conforme Derrida viria a ressaltar e desdobrar em sua obra — e acidental, sempre à mercê de forças em jogo e disputa. À diferença da noção de complemento, que pressupõe o fechamento de algo passível de ser totalizado, o suplemento evacua a ideia de origem, de pretensos sentidos originários, estáveis, a-históricos. Essa ideia é corroborada pela noção de acidental, que corresponde ao afastamento em relação à crença teleológica em uma linha de tempo que avançaria em uma só direção, de modo progressivo, evolutivo, necessário. A história, no sentido genealógico, é, portanto, efeito provisório de arranjos e rearranjos de forças múltiplas e cambiantes que a todo momento se enfrentam, podendo se cristalizar em estados de coisas sem que por isso tais estados estejam previstos ou possam se justificar e ratificar com base em uma suposta progressão necessária. Segundo a perspectiva genealógica, na história tudo é conflito, jogo e luta entre forças, não abrigando nada de necessário ou de inexorável. Genealógicamente, ela não se restringe a estados de coisas estabilizados, não sendo regida por relações simplificadoras de causa e efeito nem pela metafísica de uma *origem* previamente dada, segundo a qual seu desenvolvimento estaria contido, desde o início, em germe. Toda a história — e, portanto, sentidos nela operantes — emerge de relações de forças que, conforme tematizou Foucault, na esteira de Nietzsche, são relações de poder sempre múltiplas, heterogêneas e em movimento (FOUCAULT, 2006, p. 102-113). Nesse sentido, a fluidez e o jogo de apropriações subjazem à semiótica. A ênfase teorizante já não recai sobre a discussão acerca da *corrupção* da noção de liberdade por movimentos populistas de cunho fascista, pois isso suporia um sentido originário puro, isento de história e de tensões. Não seríamos mais movidos pelo desejo de definir o sentido próprio de liberdade, pois isso equivaleria a não levar em conta sua historicidade: pois, como vimos, “definível é apenas aquilo que não tem história”. O que podemos tematizar é bem mais grave: o diagnóstico, a avaliação

genealógica (avaliação do valor dos valores e a que tipo de forças correspondem) das estratégias das atuais apropriações e de seus efeitos no mundo. Em vez de se considerar a noção iluminista ou moderna de liberdade como uma origem purificada, a inspiração genealógica move a reflexão para a compreensão das táticas de esvaziamento e captura de sentidos operadas por forças movidas por ressentimento e negatividade.

Não por acaso, o filósofo que pleiteou a fluidez e historicidade radicais dos sentidos também diagnosticou e dissecou a perspectiva do ressentimento, marcada por táticas que visam anular as diferenças, reduzindo-as a relações duais de oposição regidas pela negatividade e insufladas por movimentos de destruição da alteridade (FERRAZ; SAINT CLAIR, 2020, p. 75-79). Nessa direção, uma das perspectivas mais produtivas acerca da apropriação do termo liberdade que pretendemos salientar neste artigo articula negatividade, morte e propagação de duplos que, superpondo-se a sentidos históricos fixados que se aninham nessa palavra, subvertem e assombam seu potencial insurgente. Como se fosse um *encosto* que, em várias crenças brasileiras, remete a entidades ou espíritos malignos que se apoderam dos corpos para lhes insuflar todo tipo de negatividade e minar-lhes a vitalidade. Para avançarmos nesse caminho, convém retomar, de modo um pouco mais detalhado, o tema do duplo, da inquietante familiaridade, explorado por Freud com base em um conto de E. T. A. Hoffmann intitulado *O homem da areia*¹⁴, para, a seguir, concluirmos a hipótese central deste artigo.

Freud se baseou no texto ficcional de Hoffmann para elaborar o conceito de *Unheimliche*, que, podendo ser traduzido como inquietante familiaridade ou estranheza, remete à intercambialidade radical entre o estranho e o familiar, produzindo uma zona cinzenta que borra definitivamente a nitidez que separaria os opostos, desestabilizando o conforto e a segurança atribuídos ao que se apresenta como familiar. A própria palavra *Unheimliche*, adjetivo substantivado, dá pistas sobre o que é inquietante: na língua alemã, *Heim* significa lar, mas, ao mesmo tempo, algo que se mantém em segredo, enquanto *un-* é um prefixo de negação. Em uma equação simples, inquietante equivaleria ao não familiar. É preciso, contudo, ir além dessa rápida formulação, detectando ambiguidades que a língua alemã possibilita. Em um conhecido ensaio de 1919, Freud observa que o próprio adjetivo *heimlich* apresenta, entre suas várias nuances, uma na qual coincide com seu oposto:

14 Para todo esse desenvolvimento acerca do Duplo, ver CARVALHO; FERRAZ (2021) e FERRAZ; SAINT CLAIR (2020).

unheimlich (FREUD, 2010, p. 338-340). Segundo o autor, *heimlich* pertence a dois grupos de ideias divergentes, mas não opostas: por um lado, o que é familiar e aconchegante; por outro, o que se mantém secreto e oculto. A relação dicotômica *heimlich/unheimlich* se furta à lógica da contradição. O estranho pode ser o mais próximo; e vice-versa. Ambos os termos perdem sua nitidez opositiva. A ambiguidade inerente à palavra nos situa em uma zona nebulosa, cujos interstícios tornam-se quase indistintos, introduzindo o estranho no próprio seio da segurança do familiar. Além disso, Freud lembra que o tema do Duplo, como *Revenant*, sempre esteve associado à morte, à volta obsessiva de espectros.

No caso da apropriação populista e fascista do termo liberdade, podemos então vislumbrar o que está em jogo. Em primeiro lugar, a produção de duplos que, sem dizer respeito à perversão de um suposto sentido ou definição primeira, estática e mais *verdadeira*, corresponde à produção reiterada e incessante de espectros mortíferos. Tais sentidos espectrais, em sua insistência e estridência, funcionam como *encostos* que parasitam e sugam a potência vital que, historicamente, já se expressou na palavra liberdade, quando ativada e acionada por perspectivas contestatórias e insurgentes. Como inquietante produção de duplos, tal operação visa a destruir e esmagar a vida. Associada à morte, assombra como *Revenant* um país que nunca passou efetivamente a limpo sua história de violência colonial, escravagista e ditatorial. Não se trata, portanto, de denunciar a *corrupção* de sentidos supostamente fixos, puros e indisputáveis da palavra liberdade por novos fascistas, mas de refletir sobre essa prática e suas implicações para a corrosão da vida insurgente que dela sempre pode se apropriar. Enquanto isso, espectros bolsonaristas não cessam de nos *assombrar*.

Maria Cristina Franco Ferraz é professora titular da ECO/ UFRJ e pesquisadora do CNPq, doutora em Filosofia (Universidade de Paris I-Sorbonne), com três estágios pós-doutorais em Berlim. É autora dos livros: *Nietzsche, o bufão dos deuses* (Rio de Janeiro e Paris), *Platão: as artimanhas do fingimento* (Rio de Janeiro e Lisboa), *Nove variações sobre temas nietzschianos* (Rio), *Homo deletabilis - corpo, percepção, esquecimento: do século XIX ao XXI* (Rio de Janeiro e Paris), *Ruminações: cultura letrada e dispersão hiperconectada* (Rio) e, em colaboração com Ericson Saint Clair, *Para além de Black Mirror: estilhaços distópicos do presente* (São Paulo: Hedra/n-1, 2020). Traduziu, com Artur Seidel, e prefaciou a edição bilíngue do ensaio de

Kleist “*Sobre a fabricação gradativa de pensamentos durante a fala*” (São Paulo: Hedra/n-1, 2021).

mcfrancoferraz@gmail.com

Ericson Saint Clair é professor do Programa de Pós-graduação em Cultura e Territorialidades (PPCULT) e do Departamento de Artes e Estudos Culturais, ambos na Universidade Federal Fluminense (UFF). É doutor em Comunicação e Cultura (ECO-UFRJ), e atualmente, realiza pós-doutorado no Programa de Pós-graduação em Psicologia Clínica da PUC-SP, sob supervisão de Suely Rolnik. É autor de *Gabriel Tarde e a Comunicação: por um contágio da diferença* (Multifoco) e *Para além de Black Mirror: estilhaços distópicos do presente* (N-1), com Maria Cristina Franco Ferraz.

ericsonsaintclair@gmail.com

Contribuições de cada autor: Ambos os autores realizaram fundamentação teórica e conceitualização; escrita; revisão e edição; curadoria de dados e investigação de campo; metodologia; análise formal do *corpus*; construção de figuras e tabelas.

Referências

BAUER, M. Análise de conteúdo clássica: uma revisão. In: BAUER, M; GASKELL, G. (org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som:** um manual prático. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis: Vozes, 2002.

BERGSON, H. **Matière et mémoire**. Paris: PUF, 1985.

DERRIDA, J. **L'écriture et la différence**. Paris: Ed. Seuil, 1967.

CARVALHO, L. F.; FERRAZ, M. C. F. Autômatos, duplos e delírios atmosféricos da subjetividade moderna: O homem da areia, de Hoffmann. **Revista Estação Literária**, n. 27, p. 203-220, 2021. Disponível em: <<https://www.uel.br/revistas/uel/index.php/estacaoliteraria/articulo/view/41127>>. Acesso em: 30 abr. 2022.

CRARY, J. **24/7: capitalismo e os fins do sono**. São Paulo: Cosac Naify, 2014.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade**, v.1: a vontade de saber. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 17 ed. Rio de Janeiro: Graal, 2006.

_____. **Segurança, território, população:** curso dado no Collège de France (1977-1978).

Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FERRAZ, M. C. F.; SAINT CLAIR, E. O idiota acima de todos: momento Waldo – ascensão do fanatismo e esvaziamento do político. *In:* _____. **Para além de black mirror**: estilhaços distópicos do presente. São Paulo: N-1 Edições, 2020.

FREUD, S. O inquietante. *In:* _____. **Obras completas volume 14**: História de uma neurose infantil (“O homem dos lobos”), Além do princípio do prazer e outros textos (1917-1920). Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. p. 328-376.

HOFFMANN, E. T. A. **O homem da areia**. Tradução de Ary Quintella. Rio de Janeiro: Rocco Jovens Leitores, 2010.

_____. **Der sandmann**. Berlin: Aufbau, 1963.

KASTRUP, V. O funcionamento da atenção no trabalho do cartógrafo. *In:* PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. (org.). **Pistas do método da cartografia**: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2020.

LAZZARATO, M. **As revoluções do capitalismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

_____. **Fascismo ou revolução**: o neoliberalismo em chave estratégica. São Paulo: N-1, 2019.

LEMKE, T. **Biopolitics**: an advanced introduction. Nova York e Londres: New York University Press, 2011.

NIETZSCHE, F. **Genealogia da moral**. Tradução Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. *Sämtliche werke* (KSA, 15 vol.). Berlin/Nova York: DTV/de Gruyter, 1988.

OLIVEIRA, N. R. *et al.* Processamento de linguagem natural para identificação de notícias falsas em redes sociais: ferramentas, tendências e desafios. *In:* VIEGAS, E. (org.). **Minicursos do SBSeg 2020**. 1 ed. Porto Alegre: SBC, 2020

RABINOW, P. **Sujeito e governamentalidade**: elementos do trabalho de Michel Foucault. Antropologia da razão. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

RABINOW, P.; ROSE, N. Biopower today. **BioSocieties**, v. 1. Londres: London School of Economics and Political Science, 2006. Disponível em: <<https://link.springer.com/content/pdf/10.1017/S1745855206040014.pdf>>. Acesso em: 04 out. 2021.

TARDE, G. **A opinião e as massas**. Tradução de Eduardo Brandão. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

Artigo recebido em 01/03/2022 e aprovado em 24/04/2022.